

AGRICULTURA E REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NA INTERFACE RURAL-URBANA: questões teórico-metodológicas centrais à pesquisa

AGRICULTURE AND SPATIAL RESTRUCTURING IN RURAL-URBAN INTERFACE: theoretical and methodological issues

Felipe da Silva Machado

Mestre em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro
felipemachado1@gmail.com

Resumo

O artigo, de base essencialmente teórica, apresenta alguns pressupostos teórico-metodológicos centrais às discussões sobre o processo de reestruturação do espaço rural. Após indicar as principais mudanças no rural contemporâneo, são debatidos os interesses e a importância da análise multidimensional nos estudos acadêmicos que contemplam os espaços de interação e a complexidade do ordenamento espacial no contexto rural-urbano. Por último, o artigo apresenta os diferentes interlocutores e suas respectivas posições no debate sobre a agricultura na interface rural-urbana, revelando que o processo de interação espacial, mesmo na ocorrência do conflito de uso da terra, pode prover oportunidades ao desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Interação rural-urbana. Agricultura urbana. Agricultura periurbana. Espaço rural.

Abstract

The article, based essentially theoretical, presents some theoretical and methodological issues to discussions of the process of rural restructuring. After entering the main changes in contemporary rural, are discussed and the importance of the interests multidimensional analysis in studies that address the interaction spaces and the complexity of spatial planning in the rural-urban. Finally, the article presents the different actors and their positions in the debate on agriculture in the rural-urban interface, revealing that the process of spatial interaction, even in the event of conflict of land use, can provide opportunities for rural development.

Keywords: Rural-urban interaction. Urban agriculture. Peri-urban agriculture. Rural areas. Rural space.

Introdução

O estudo da agricultura nos espaços onde ocorre expansão de áreas urbanas retoma um antigo debate quanto ao conflito de uso da terra, decorrente do crescimento

urbano sobre as áreas rurais. Duas posições se confrontam: o fim da agricultura ou a sua adaptação com substituição de atividades agrícolas e novas funções que geram a combinação e usos rurais e urbanos. As mudanças no espaço rural não resultam somente de um processo de conversão de áreas tipicamente agrícolas em áreas urbanas e periurbanas, sendo possível encontrar, no espaço periférico, diferentes ambientes: de degeneração, adaptação ou desenvolvimento agrícola. Ordenar os fatores que estão por trás dos processos de mudança e da formação de diferentes tipos de zonas agrícolas tem sido um dos maiores desafios da gestão territorial.

Para entender como a agricultura resiste ao avanço da urbanização, é preciso considerá-la como parte de um processo dinâmico de contínua mudança espacial, gerado por uma situação de permanente conflito de interesses e disputa de áreas por usos urbanos e rurais. O interesse acadêmico e a constatação da manutenção da agricultura justificam a escolha de investigar os processos de reestruturação do espaço rural em interação com o urbano.

O artigo propõe apresentar um debate teórico-metodológico sobre o comportamento da agricultura na interface rural-urbana, visando compreender a lógica das alterações no uso da terra e as razões para o surgimento de mudanças espaciais no rural. As aceleradas transformações no espaço em interação rural-urbana resultam num ordenamento complexo e específico. Pode-se observar, na maioria dos estudos geográficos, a tendência pela abordagem dicotômica entre os estudos rurais e urbanos e a manutenção da visão da substituição do agrário pela expansão urbana, dominando a competição pelo uso do espaço. Dessa forma, a discussão apresentada no artigo busca reverter essa visão dicotômica. Ao discutir algumas tendências na constituição de um novo espaço rural, distinto em si mesmo e produto da intercessão rural-urbana, as questões teórico-metodológicas apresentadas indicam uma trama locacional resultante de um novo processo de constituição espacial.

Recentemente, estudos na interface rural-urbana passam a ter um enfoque mais amplo, integrando a combinação de forças do próprio contexto agrário regional e de forças urbanas. Agricultura urbana e periurbana se manifestam de diferentes maneiras, considerando suas relações com a cidade e as suas próprias características. As formas de

inserção da produção agrícola, desenvolvida em áreas de influência ou domínio urbano, sugerem que existam diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação.

As áreas rurais próximas às grandes cidades caracterizam-se por expressiva heterogeneidade social, haja vista a multifuncionalidade do espaço rural contemporâneo, que combina atividades agrícolas e não agrícolas, típicas das novas funções do rural que são acrescidas às antigas funções produtivas. Bicalho (2008) indica que, considerando a exploração agrícola em áreas de forte interação rural-urbana, sobressaem as atividades da horticultura e da fruticultura, a forte presença da produção familiar de pequeno porte com níveis diferenciados de capitalização, os sistemas intensivos no uso da terra e de capital, a diversidade quanto ao objetivo comercial da produção e a forma de inserção no mercado. Assim, é possível afirmar que, no processo de reestruturação do rural, mantêm-se expressivas as atividades agrícolas que têm se localizado em espaços de interação rural-urbana.

Desenvolvimento e reestruturação do espaço rural

Diferentemente da teoria do crescimento e modernização agrícola, baseada exclusivamente nas questões relacionadas ao crescimento econômico, o debate sobre a reestruturação do espaço rural contemporâneo e desenvolvimento sustentável, ao apresentar um trajeto multidirecional e multidimensional, propõe maior equilíbrio no processo de crescimento econômico e reconhece a importância de compreender as diferentes dinâmicas sociais espacializadas. Nesse sentido, busca-se incluir a sociedade nos processos de decisão e nas ações para o desenvolvimento rural e apresenta maior flexibilidade na determinação dos objetivos, prioridades e ações.

Ao contrário do modelo único e hegemônico do crescimento econômico, a sustentabilidade, ao recomendar ações para diferentes lugares e sociedades e apresentar diferentes vias para alcançar o desenvolvimento, inclui novas práticas democráticas e fortalece os atores sociais nas diferentes escalas, via descentralização política. Desse modo, no rural, surgem novas políticas e práticas e há o reconhecimento da participação local. Ressalta-se também que o confronto cultural e político na mediação dos interesses e a constituição de atores sociais diversos também são novas práticas que devem ser

reconhecidas. Ao tentar compreender a reestruturação do espaço rural no quadro do desenvolvimento sustentável, torna-se necessário reconhecer que o rural apresenta novas práticas sociais e econômicas. Por exemplo, a multifuncionalidade do espaço, com a convivência de diferentes interesses resultantes da interação de sistemas espaciais rural-urbanos.

Pierce (1998) e Woods (2005) abordam algumas mudanças na economia rural nas últimas décadas. Segundo os autores, há diminuição do emprego agrícola e fortalecimento de outros investimentos no rural, tais como, a prática da silvicultura, novas indústrias, mineração, reservas florestais, pesca. A indústria da nova economia de mercado estabelece suas bases produtivas no rural, que apresenta áreas maiores e regimes mais flexíveis de empregabilidade. Na produção flexível, a indústria passa por um processo de desconcentração espacial. Dessa forma, ocorre crescimento de indústrias urbanas no rural e de indústrias do próprio rural, ou seja, no rural são estabelecidas indústrias associadas, indústrias desvinculadas e indústrias no seu entorno que estimulam ou desestimulam as atividades rurais.

Para Silva (1999), o crescimento das atividades não agrícolas ocorre em decorrência da ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, sobretudo as mais próximas das grandes cidades. Destacam-se as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação do agrícola a outras atividades, como estratégia familiar de permanência no campo e melhoria das condições de vida ¹. Carneiro (2012) também ressalta os “novos tipos de ocupações”, estimulados pela exploração do turismo e pela transformação de espaços rurais em áreas de lazer. “Encontram-se, [nos novos tipos de ocupações], as principais alternativas de trabalho para os jovens filhos de agricultores, constituindo-se uma das formas de pluriatividade no campo”. (CARNEIRO, 2012, p. 29). Para os autores, um dos fatores responsáveis pela evasão da população rural do setor agrícola é a queda dos preços dos produtos, afetando diretamente a renda das famílias produtoras.

Além das mudanças citadas, é possível afirmar que novas infraestruturas permitem maior circulação e maior mobilidade nas áreas rurais, o que significa uma maior redistribuição das atividades e da população no espaço. O rural passa a sofrer alterações com a competição pelo uso da terra, uma vez que ocorre com mais intensidade a expansão de áreas urbanas e a alocação de indústrias no campo ou no seu entorno.

Segundo Bicalho *et al.* (1998), interesses nacionais estão frequentemente presentes nos espaços rurais, principalmente, nos espaços em interação rural-urbana, com o fim de localizar projetos de infraestrutura de grande porte e, conjuntamente com os interesses regionais, toda uma infraestrutura viária que convirja à aglomeração urbana e conecte diferentes regiões. Do complexo e íntimo relacionamento simbiótico das interações rural-urbanas, interesses regionais frequentemente se destacam. Sánchez (2000) complementa ao afirmar que as transformações do rural provocadas por megaprojetos de desenvolvimento, como represas, aeroportos, linhas de transmissão de energia elétrica, exploração de petróleo ou enclaves turísticos, implicam modificações espaciais, que, por sua vez, propiciam mudanças e novas dinâmicas em todos os aspectos da vida local, gerando transformações nos habitantes do espaço rural.

Marsden *et al.* (1993) também debatem os processos de mudança do espaço rural no quadro econômico das últimas décadas e ressaltam o uso de uma nova perspectiva para o entendimento da natureza das alterações. Afirmam que a pesquisa sobre a reestruturação rural deve incluir alguns processos espaciais que interferem no rural, tais como, a maior mobilidade do capital, a adoção de um regime de produção mais flexível, a complexidade das relações entre tecnologia e ambiente, o regime de desregulamentação e regulamentação da economia e as novas estruturas políticas. Segundo os autores, para a compreensão desses processos, é preciso combinar os efeitos das tendências globais e as ações da escala local.

Woods (2005) aponta que é possível observar algumas mudanças no campo nos últimos anos, tendo ocorrido a incorporação de novos elementos na paisagem rural. São exemplos dessas mudanças: as novas formas de produção agrícola, construções industriais e processos de desmatamento. A agricultura está competindo cada vez mais com outros tipos de usos do solo, por exemplo, as atividades ligadas ao consumo e à conservação da natureza e à urbanização. Portanto, para o entendimento do rural contemporâneo, não é possível limitar-se ao agropecuário e a população que reside de forma dispersa no campo.

Para Woods (2005), o espaço rural passou por grandes mudanças físicas. Mas, segundo o autor, as pessoas que vivem no rural também passaram por transformações no seu modo de vida, e o rural recebeu novos residentes, atraídos pelos novos empregos

oferecidos pelo campo e por novas áreas residenciais que as áreas rurais passaram a comportar. Uma rede complexa de atores se configura, tornando necessário compreender sua dinâmica e sua descontinuidade. Através da compreensão de que os processos de globalização e modernização trazem alterações no campo, é possível afirmar que o rural contemporâneo é marcado por mudanças constantes e rápidas. A tecnologia acelera ainda mais essas mudanças.

As definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Assim, a ênfase é nas diferenças existentes entre esses dois espaços. Já na segunda, o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana. Porém, na metade do século XX, com o avanço do processo de urbanização e da relação da indústria com a agricultura, ganham expressão os estudos que defendem a ideia de *continuum* rural-urbano. Tais estudos afirmam que ocorre maior integração entre cidade e campo, admitindo diferenças de intensidade, não de contraste entre os espaços rurais e urbanos e diversidade de níveis que vão desde a metrópole até o campo no outro extremo.

Na Geografia, parte dos estudos sobre a interface rural-urbana baseia-se nos pressupostos teóricos e metodológicos elaborados por Lefebvre (1975; 1999), que defende a ocorrência do processo de penetração massiva do modo de vida urbano tanto na cidade quanto no campo, com predomínio das atividades urbanas e diminuição da dedicação às tarefas relacionadas com a agricultura. “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras ‘o tecido urbano’ não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio das cidades sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999, p.17).

Ao seguir as interpretações e os pressupostos de Lefebvre, algumas pesquisas, mesmo que classificadas como estudos do agrário, apontam a ocorrência de um intenso processo de urbanização no campo e, conseqüentemente, de esterilização rural². Nesse sentido, a construção de novas residências, de rodovias ou de indústrias no espaço rural significa a expansão do tecido urbano sobre o campo e o domínio da urbanização. As mudanças espaciais e os novos objetos que compõem o rural passam a ser

interpretados a partir da lógica urbana, uma vez que o rural designa uma condição de vida pretérita, que vem sendo superada material e culturalmente.

Carneiro (2012), ao questionar algumas premissas da Sociologia Rural, desenvolve um amplo debate sobre a definição da ruralidade na atualidade. A dualidade fundadora da Sociologia Rural é baseada nas diferenças entre o rural e o urbano e por um conjunto de oposições, entre elas a distinção entre atividades agrícolas e industriais. Assim, o mito fundador instituiu a oposição entre campo e cidade como realidades espaciais e sociais distintas e a subordinação da primeira à segunda. “O desenvolvimento do campo se daria nos moldes da cidade, resultando na expansão e generalização do urbano, o que levaria ao fim o próprio objeto da Sociologia Rural e a dualidade sobre a qual essa disciplina se constituiu” (MARTINS *apud* CARNEIRO, 2012, p. 23).

Através de pesquisas recentes, a autora aponta para mudanças no rural em uma direção não prevista pela premissa da dualidade campo-cidade e para novas dinâmicas das sociedades rurais que têm introduzido novos elementos ao debate, dando margem à formulação de outras correntes interpretativas. Nos estudos na perspectiva das ruralidades contemporâneas, indaga-se até que ponto o esgotamento do modelo modernizador possibilitou um olhar crítico sobre a imagem hegemônica do rural como espaço de tradição e impermeável a mudanças, um olhar que reconheça a diversidade de dinâmicas e de atores sociais no rural. Na Sociologia, a ruralidade contemporânea passa a ser marcada pela coexistência de diferentes códigos culturais e pela possibilidade de negociação e trânsito entre eles.

Da mesma maneira que na Sociologia, na Geografia, a visão do domínio da cidade sobre o campo e as interpretações lineares sobre urbanização e mudanças no rural, por muito tempo, também ocuparam lugares centrais no debate da relação campo-cidade. Ainda que Santos (1985) afirme que o que distinguirá a região urbana e a região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço, tornando a noção de oposição cidade-campo nuançada, para dar lugar à noção de complementaridade e seu exercício sobre uma porção do espaço, o autor permanece interpretando o rural a partir de um olhar que privilegia a esfera do econômico, não reconhecendo as atividades não

agrícolas no rural e a emergência de novas ruralidades. A polarização cidade-campo, mesmo que interpretada pela noção de *continuum*, permanece sendo identificada e ressaltada a partir das especificidades dos espaços estritamente rurais e urbanos:

A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e o mundo urbano, representando este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades (SANTOS, 1998, p. 67).

Quanto ao urbano, Santos (1998) afirma que a região urbana tem sua unidade devido à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. Portanto, na reflexão do autor, a diferença entre região urbana e região agrícola pode ser entendida em termos de comando das atividades funcionais dos setores secundário e terciário para a primeira e do primário para segunda, estando as cidades, de um modo geral, vinculadas a todos os setores, inclusive às atividades primárias, mesmo que de maneira indireta. Em suma, uma visão que reafirma o urbano no comando da dinâmica econômica, atribuindo formas, funções e estruturas da organização espacial que garantam as possibilidades da reprodução capitalista no espaço. Interpretação semelhante é descrita por Lefebvre (1991), que aponta algumas transformações na relação campo-cidade e a ocorrência de uma mutação geral no espaço:

Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o (LEFEBVRE, 1991, p. 68).

Kayser *apud* Carneiro (2012) defende o “renascimento rural”, não identificado a partir da modernização do rural nos padrões da cidade, mas na constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida apenas por um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade.

Os estudos sobre a dinâmica social do rural contemporâneo consideram “a permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos

de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade engendrando novas ruralidades” (WANDERLEY *apud* CARNEIRO, 2012, p.25). Nas pesquisas, constata-se um movimento de revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas. Assim, segundo Carneiro (2012), questões de conteúdo metodológico se impõem nesse novo contexto:

[...] até que ponto é possível continuarmos operando com os mesmos instrumentos analíticos, elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais? Qual o sentido que devemos atribuir ao rural (e, por que não, ao urbano) na contemporaneidade? Ou, em outros termos, até que ponto categorias genéricas como “rural” e “urbano” são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas? (CARNEIRO, 2012, p. 27).

O entendimento do rural e do urbano como dois compartimentos da realidade foi extinto. Atualmente, é mais perceptível uma simultaneidade de ocorrência, em que a transformação do espaço rural é cada vez mais marcante. Dessa maneira, torna-se oportuna uma discussão quanto ao processo de expansão da urbanização e da transformação do espaço em interação rural-urbana, que se situa próximo aos centros urbanos e é submetido a rápidos processos de transformação, como a urbanização desordenada, levando à sua descaracterização. Para o entendimento da questão, é necessário reconhecer a contínua e, ao mesmo tempo, descontínua expansão urbana e a sua dispersão espacial, resultado de um processo dinâmico e complexo.

Para além da dimensão econômica nas mudanças espaciais da reestruturação do rural, na Geografia, após a década de 1990, põem-se em evidência o papel dos atores locais, principalmente, os produtores rurais na transformação dos diferentes espaços rurais (BRYANT, 1997; CLÉMENT E BRYANT, 2003; CLÉMENT, 2004; PIERCE, 1998; WOODS, 2005). Outras estruturas que não as puramente econômicas são consideradas, viabilizando mecanismos de decisão, controle e gestão, ou seja, instrumentalizando tipos diferenciados de agentes sociais e modalidades diversas de organização do espaço rural e urbano, com suas particularidades ³. Ao emergir um processo de pensamento estratégico coletivo que envolve várias instituições e organizações regionais orientadas para o desenvolvimento potencial do rural, torna-se importante incluir a perspectiva política dos atores sociais.

O desenvolvimento local pode ser considerado como um jogo de iniciativas e ações coerentes, baseado na mobilização de atores locais que concordam em contribuir com suas especialidades e práticas no beneficiamento de seu território. “Atores ou grupo de atores podem contribuir em todas as quatro funções necessárias exigidas para desenvolver um território: informação, integração, planejamento e ação”. (CLÉMENT e BRYANT, 2003, p. 214). É um conjunto de processos de participação, cooperação, trabalho conjunto e construção de parcerias que permite a emergência de uma rede de atores locais e evidencia os dilemas no enfrentamento de processos de resistência, resiliência ou adaptação dos atores e comunidades rurais aos novos contextos. Estudos recentes sobre o espaço rural contemporâneo demonstram a impossibilidade de definições analíticas unívocas e de polaridades fixas e definitivas, demonstrando como novas noções em torno do rural são acionadas por agentes diversos, em torno de interesses diferenciados, constituindo processos de reconfiguração dinâmicos no rural em diferentes arranjos e contextos.

Proponentes de avaliação de impactos ambientais e os envolvidos com desenvolvimento socioeconômico em países em desenvolvimento há muito argumentam sobre a necessidade de integrar o conhecimento de populações locais, por participação pública, ao planejamento e a avaliação de projetos de desenvolvimento (ANDRÉ *et al. apud* BRYANT *et al.*, 2003). Mas, ainda hoje, na maioria vezes, a base de conhecimento dos segmentos ou atores da população local não é utilizada no planejamento e no gerenciamento do desenvolvimento da comunidade e da área, uma vez que lhes faltam conexões e participação em parte da estrutura de poder local.

Segundo Bryant *et al.* (2003), em algumas jurisdições do Canadá, tem sido crescente a ocorrência de outros processos de planejamento e gerenciamento desenvolvidos para complementar os processos mais tradicionais de planejamento urbano e regional do uso da terra, podendo ir mais adiante, uma vez que lidam com qualquer aspecto do ambiente dos residentes da comunidade nas escalas local e regional. Portanto, os planos estratégicos de desenvolvimento comunitário podem lidar com aspectos que não são integrados nos planos de uso da terra tradicionais, como desenvolvimento social e cultural, como também alguns aspectos do ambiente:

Esses novos processos têm em comum o envolvimento da comunidade e seus vários segmentos em uma reflexão coletiva sobre como os valores e as necessidades da comunidade deveriam ser tratados e incorporados nos planos. Geralmente, esses tipos de planos são chamados de planos estratégicos de desenvolvimento comunitário ou de planos estratégicos de desenvolvimento de base comunitária. (BRYANT *et al.* 2003, p. 22).

Pierce (1998) ressalta a necessidade de compreender que houve uma incorporação de valores urbanos na vida rural, mas que o modo de vida do campo permanece, com significados intrínsecos do rural e integrados à lógica rural-urbana. O autor questiona se a transição é realmente linear e se não há ações endógenas. Os atores locais são totalmente dominados pela nova lógica ou conseguem se integrar, mantendo modos de vida da lógica rural? Na abordagem da reestruturação espacial na interação rural-urbana é preciso reconhecer as forças endógenas e a heterogeneidade dos atores internos. Na interface rural-urbana, torna-se necessário reconhecer sistemas rurais complexos com dinâmicas sociais multidirecionais.

Ao se discutir a diversidade da agricultura e a reestruturação do rural na interface rural-urbana e no contexto de urbanização de novas áreas, questiona-se o grau de transformação do agrário, buscando entender como as áreas que constituem o rural se transformam num espaço multifuncional, ou seja, num espaço rural com diversidade de usos e funções. Ou como são mantidas áreas agrícolas com novas características produtivas e socioeconômicas, constituindo um quadro diversificado de agricultura, com produtos de qualidade diferenciada, voltados ao atendimento do mercado urbano regional. Assim, a interface rural-urbana também possibilita o surgimento de novas atividades, culturas agrícolas e a intensificação de sistemas agropecuários. Além de uma produção intensiva para o mercado urbano próximo que pode gerar alto rendimento por área, muitos produtores também se engajam em pluriatividades.

Bicalho (2012), no seu estudo sobre a reestruturação espacial do rural no sul do estado do Rio de Janeiro, verifica que, ao mesmo tempo em que a rápida expansão urbano-industrial provoca um movimento de saída de pessoas do rural e um enfraquecimento da economia agrícola, hoje, pode induzir o surgimento de atividades produtivas agrícolas inovadoras e com maior valor agregado. As novas demandas podem reestimular o rural. Na pesquisa, por exemplo, a piscicultura, a apicultura e a produção de flores tropicais apresentam maior valor agregado no mercado, estimulam o

número de empregos no rural e a formação de organizações agrícolas inovadoras. Porém, por serem dispersas, a maior parte da região ainda apresenta uma paisagem fortemente marcada pelas pastagens extensivas e pela baixa densidade populacional rural. Numa investigação sobre a reestruturação espacial do rural e sua relação com a descentralização urbano-industrial, que estabelece novas relações entre a cidade e o campo, Bicalho (2012) aponta que o campo pode sofrer com a perda de áreas e de recursos, mas também pode ser estimulado com procura de novos produtos agrícolas e com os novos investidores urbanos.

Na reestruturação espacial do rural, a preocupação com o ambiente natural é um ponto fundamental a considerar e, no contexto densamente urbanizado, o interesse pelo ambiente natural nos enclaves rurais recai, principalmente na manutenção de áreas verdes e de lazer. Neste sentido, as áreas rurais passam a ter a função de bem estar com a melhoria da qualidade de vida do ambiente urbano densamente construído, contribuindo com espaços abertos, diversificando a paisagem e permitindo atividades alternativas de lazer. A preocupação com o ambiente natural na franja urbana é semelhante. A atividade agrícola, por questões econômicas e sociais ou de conservação, pode ser combinada com as novas atividades do rural.

Marsden *et al.* (1993), Pierce (1998) e Woods (2005) apontam que os estudos sobre a constituição do ambiente rural sustentável necessitam de um foco maior na diversidade do rural e no reconhecimento dos diferentes contextos de mudanças da reestruturação do espaço agrário. Tais autores esclarecem que é necessário incluir, no debate, a promoção da sustentabilidade a partir dos sistemas produtivos agrícolas e não agrícolas, tendo atenção no significado da interconectividade dos diferentes setores econômicos.

Lea e Chaudhri (1983) realizam um debate sobre a natureza, os problemas e as abordagens para o desenvolvimento rural, que, segundo o Banco Mundial, é uma estratégia designada para melhorar o quadro econômico e social de um específico grupo de pessoas das áreas rurais. Os benefícios dos programas de desenvolvimento rural devem considerar a diversidade de atores (pequenos, médios, grandes produtores) e incluí-los nas diferentes políticas de desenvolvimento. Os autores afirmam que, nas décadas de 1950 e 1960, houve um grande crescimento de estratégias para o

desenvolvimento. Nesse período, os programas apresentavam fortes características tecnocráticas e estavam exclusivamente incluídos nas políticas de mercado do Estado. Diferentemente, na segunda metade da década de 1970, com o enfraquecimento das ações diretas do Estado nos projetos e programas, houve a necessidade da criação de novas abordagens para o desenvolvimento rural. A discussão sobre a reestruturação do espaço rural é parte das novas abordagens.

Marsden *et al.* (1993), Wilson (2001), Woods (2005) e Mather *et al.* (2006) apontam a necessidade do reconhecimento de que a atual reorganização espacial resulta um novo ordenamento com premissas diferenciadas. No rural, há o foco tecnológico, com força da economia produtivista e com a necessidade de se (re)adaptar às premissas ambientais, e há o foco socioambiental, marco para o modelo de mudança da atual reestruturação do espaço rural. Assim, surgem duas formas espaciais no rural, duas diferentes reorganizações do espaço: a da multifuncionalidade e a permanência do modelo produtivista. Desse modo, o espaço rural contemporâneo, quando analisado a partir da ótica da interação rural-urbana, é multifacetado e apresenta diversas formas de organização da produção e, conseqüentemente, do espaço.

Segundo Bicalho (2011), do ponto de vista aplicado, esses dilemas se traduzem em novas políticas e gestão da diversidade de processos rurais considerando a escala local, o lugar e a região. Já do ponto de vista acadêmico, refletem novas matrizes e bases teóricas de investigação. Destaca-se que apesar do reconhecimento de que as interações dependem do grau de urbanização das áreas estudadas, que varia regionalmente, existem pontos em comum a todas elas a partir das tendências globalizantes.

A discussão sobre o comportamento da agricultura e a dinâmica do rural na interface rural-urbana é relevante na medida em que busca compreender os processos de reestruturação do espaço rural contemporâneo a partir dessa complexa interação. Quando analisado a partir da ótica da interface rural-urbana, os atuais processos de transformação revelam diferentes sistemas rurais, imprimindo novo ordenamento e organização do espaço rural.

A interface rural-urbana

A década de 1980 é marcada pelo início das preocupações no que tange às novas relações campo-cidade e às perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária no Brasil. Ferreira (2001) aponta que o trabalho de Galvão (1987) foi elaborado num contexto marcante para os novos encaminhamentos teórico-metodológicos da Geografia Agrária. Galvão (1987) revisou metodologias e buscou novas formas para explicar a realidade em constante mutação, afirmando que a Geografia Agrária precisava responder e compreender o processo de transformação por que passava o rural. A articulação e interação entre o rural e o urbano, resultando uma nova concepção de espaço agrário, é um elemento da revitalização dos estudos da Geografia Agrária.

Para responder às novas perspectivas do espaço rural, Galvão (1987) apresentou a relação campo-cidade como uma alternativa de análise por propiciar um equacionamento entre a decisão pontual do produtor e a dimensão espacial da produção, um dos grandes entraves metodológicos (GALVÃO *apud* FERREIRA, 2001). Na conferência do IX Encontro Nacional de Geografia Agrária, Galvão (2009 [1988]) apontou as seguintes questões: a superação de preconceitos ao espaço agrário como espaço inerte, sujeito a intromissões ou ações do urbano, em vez de entidade dotada de dinâmica própria, representações autênticas, e capaz de também propor ou criar caminhos para seus problemas; a superação da oposição campo e cidade como entidades distintas que se relacionam exclusivamente em termos de produção e consumo, admitindo-se para sua compreensão e seu estudo referenciais amplos e integradores.

Mas, ainda hoje, permanece uma tendência de abordagem dicotômica entre os estudos rurais e urbanos. Bicalho *et al.* (1998) afirmam que, geralmente, os estudos rurais são estritamente agrários e os urbanos estritamente urbanos e mantém-se a visão da substituição do agrário pela expansão urbana, dominando a competição pelo uso rural e urbano da terra. Porém, pesquisas no âmbito da interação rural-urbana, crescentes a partir da década de 1990, revertem esta visão dicotômica. Evidenciam-se tendências na constituição de um novo espaço rural, distinto em si mesmo e produto da intercessão rural-urbana. Um novo processo de constituição espacial surge como objeto de estudo para geógrafos urbanos e agrários. Os estudos, na perspectiva das interações

rural-urbanas, buscam reconhecer a abertura de ambos os componentes rurais e urbanos expressos no livre trânsito de suas economias e culturas.

Atualmente, para Woods (2009), tem sido publicado número significativo de comentários e artigos sobre a natureza, a história e a prática da Geografia Agrária. O momento introspectivo segue um período em que a disciplina tem sido considerada ressurgente, mas indica alguns limites no enfrentamento dos novos desafios. A reflexão do autor sobre o desenvolvimento da Geografia Agrária concentra-se nas tentativas de repensar o campo disciplinar e suas conexões com outros campos de estudo. Examina, por exemplo, os debates mais recentes sobre a definição e delimitação do rural, incluindo esforços para sua ressignificação, considerando as dinâmicas interações rural-urbanas e incluindo conceitos de regiões da cidade, periurbanização e (ru)urbanidade.

Nas pesquisas sobre a reestruturação do espaço rural na interface rural-urbana, uma das questões teórico-metodológicas da Geografia Agrária contemporânea, o atual grupo de pesquisa da Comissão da União Geográfica Internacional (UGI), “*Sustainability of Rural Systems*”, aponta algumas perspectivas e diretrizes. Os trabalhos da comissão abrangem uma diversidade de processos associados ao espaço rural, bem como papéis diferenciados da dinâmica rural, com todos os países afeitos aos processos de reestruturação espacial frente à globalização, à internacionalização da economia agrícola e rural e à urbanização de áreas rurais, procurando intensificar e estender os estudos rural-urbanos em diferentes regiões do mundo, sob a ótica do desenvolvimento sustentável que fundamenta a gestão territorial contemporânea. Nos trabalhos ficam evidentes as novas funções do espaço agrário e os dilemas no enfrentamento de processos de resistência ou de adaptação dos atores e comunidades rurais aos novos contextos. Como requer Woods (2007), seguindo as concepções de lugar como espaço das interconexões, torna-se necessário reconstruir o espaço rural através da globalização, enfatizando as dimensões híbridas dessa transformação e as interações entre os atores locais, nacionais e globais.

O espaço rural contemporâneo apresenta diferentes atividades, resultado de atividades não agrícolas no campo que podem tanto estimular quanto conflitar com as atividades tradicionais, assim como, co-existirem. A diversidade de interesses e atores

locais fortalece o contexto social local e criam caminhos para manutenção e reconfiguração da identidade rural.

A abertura para estudos abordando concomitantemente os componentes rurais e urbanos e o livre trânsito de suas economias e culturas torna-se imprescindível. Os processos contemporâneos aproximam e intensificam as inter-relações setoriais, que se transformam em relações integrativas e reconfiguram uma nova organização social, cultural e política. “O rural e o urbano existem em proximidade com estreito relacionamento simbiótico em termos do funcionamento dos ecossistemas naturais, das atividades econômicas e da organização social, cultural e política” (BICALHO *et al.*, 1998, p.110). Cabe ressaltar, ainda, que o contexto de interação rural-urbana pode estimular as áreas rurais através do fluxo de nova população residente e de população não agrícola e da perda de poder local no processo de decisão quanto ao uso da terra. As percepções do campo de base exclusivamente urbana também podem originar confrontos entre valores culturais e estilos de vida diferentes e pressões competitivas sobre o uso da terra.

Torna-se necessário reconhecer o comportamento das áreas rurais não apenas mais distantes, mas também aquelas que estão em contato e são incorporadas na dinâmica metropolitana, onde as novas funções do espaço rural é um ponto fundamental a considerar. As rápidas mudanças espaciais representam um processo disperso e não resultam padrões uniformes e homogêneos. Sob pressão urbana, as áreas rurais periurbanas têm enfrentado, ao mesmo tempo, o desafio de preservar suas características rurais e de acomodar as novas funções urbanas. (HUELZ e KRAEMER, 2003). Golledge *apud* Bezerra *et al.* (1983) vê as seguintes características no uso da terra do espaço periurbano: mudanças constantes no padrão de ocupação, estabelecimentos rurais de pequeno porte, produção leiteira, alta mobilidade populacional com baixa densidade, rápida expansão residencial, fornecimento incompleto de serviços e crescimento especulativo.

A interação rural-urbana, ao apresentar diferentes intensidades e multifuncionalidades, impõe dificuldades no seu entendimento. Furtado (2011) indica que, nas últimas décadas, a noção de que o rural e o urbano constituem entidades claramente separadas do ponto de vista físico, econômico e sociocultural tem arrefecido:

Passa a prevalecer a compreensão de que cada uma dessas realidades demanda complexas e fluidas inter-relações e que diversos processos problemáticos que se apresentam nas metrópoles [...] são resultantes de uma intrincada combinação ou interação de aspectos rurais e urbanos do problema, que ocorrem nas áreas periurbanas de forma mais aguda do que em qualquer outro lugar (FURTADO, 2011, p. 149).

Na atualidade, a formação de áreas periurbanas constitui uma das expressões mais pontuais de mudança espacial, sendo a periurbanização um processo acelerado que ocorre em todo o mundo e que incorpora terras ao perímetro urbano com sérias implicações sociais e ambientais. As rápidas mudanças ocorridas no espaço rural, por influência da urbanização, provocam alterações no ordenamento territorial e nas áreas rurais localizadas nos limites dos centros urbanos, que se transformam em espaços de transição entre os usos rural e urbano e apresentam uma paisagem mista e de grande diversidade na ocupação e na distribuição espacial da população.

Para Sánchez (2012), a expansão da cidade é um processo que ultrapassa a transformação do território, embora este já não se limite exclusivamente ao crescimento físico da cidade. São consolidadas novas formas espaciais com importantes mudanças, por exemplo, a fragmentação territorial dos processos produtivos que afetam as áreas rurais e intensificam as relações entre os centros urbanos de diferentes níveis, constituindo maiores redes de interação entre os sistemas urbanos e rurais. Assim, “novos espaços de ação, desde o local até o global, são desenvolvidos; redes de cidades são criadas; as interações campo-cidade são intensificadas; surgem novos processos regionais e novas desigualdades sociais e espaciais são produzidas” (SANCHÉZ, 2012, p. 29).

Descrito como franja rural-urbana ⁴, hinterlândia urbana e rural, área de expansão urbana da cidade ou localidade de interface entre o urbano e o rural, o espaço periurbano apresenta fortes alterações na dinâmica econômica e rápido crescimento econômico resultado da sua incorporação às intensas alterações e conflitos de uso da terra, que passa apresentar uma maior diversidade de usos residencial, comercial, industrial e agrícola. Na investigação desses espaços, estudos apontam que o contexto atual das áreas de interação rural-urbana revela a persistência das mudanças espaciais impulsionadas por processos que parecem ter pouca relação com o planejamento e o desenvolvimento sustentável, estando mais próximas daquelas que são resultado da lógica de acumulação de capital. Portanto, para problematizar, o estudo do espaço

periurbano envolve questões de uso, planejamento, zoneamento, tensões em torno das funções urbanas e rurais e questões relativas à participação e poder de uso da terra.

O estudo de Wehrwein *apud* Bezerra *et al.* (1983) discute a natureza da franja rural-urbana, apontando para o fato de que, sendo esta uma área de transição de usos urbanos para usos rurais da terra, é esquecida pelos especialistas de ambos os lados, que se limitam a estudar outras zonas em transição. No entanto, afirma que estão ocorrendo nessas áreas sérios problemas que requerem solução: problemas urbanos para os quais as administrações rurais não encontram solução, favelização e questões gerais de fiscalização e ordenamento espacial:

[...] bem menos tem sido feito pelos órgãos de pesquisa e os administradores na outra zona de transição – a franja rural-urbana. Os estudiosos dos problemas da terra rural param, quando chegam na “terra da cidade” e os economistas urbanos e planejadores, geralmente, nos limites da cidade a menos que estejam envolvidos no planejamento regional (WEHRWEIN *apud* BEZERRA *et al.*, 1983, p. 60).

Para Bryan *apud* Araujo Silva (1995), o entendimento do espaço periurbano implica não apenas em investigar a paisagem de um determinado período histórico, mas também a análise deve basear-se na formação da estrutura do mercado de terras em dado período do tempo. Somente ao investigar a estrutura fundiária e suas mudanças é possível apreciar a magnitude e extensão da influência metropolitana na faixa de transição do rural para o urbano.

Pesquisas sobre a dinâmica do espaço periurbano já sublinham a complexidade do problema e realçam a diversidade da situação, especialmente com respeito a forças que afetam a agricultura; aos ambientes naturais em áreas de franja rural-urbana; a forma e dinâmica de expansão urbana e a capitalização rural do produtor dessas áreas e suas complexas tendências - pequenos e médios produtores altamente produtivos, de origem urbana ou não; sitiante veranistas e grandes proprietários urbanos especuladores com restrita ou sem exploração.

A interação entre as forças do contexto rural e urbano passa também a ser detectada através do produtor rural, que se torna um dos responsáveis pelo desencadeamento das mudanças espaciais. A tomada de decisão do produtor e a estratégia de gerenciamento da sua exploração agrícola dependem da atuação das forças externas à agricultura. (BICALHO, 1992). O produtor rural também passa a ser

considerado agente da gestão e transformação desse espaço, que antes era interpretado por um único grupo de agentes – loteadores, construtores, agentes financeiros e corretores imobiliários.

Nas últimas décadas, nas regiões metropolitanas, a expansão urbana assumiu um caráter difuso. Fora dessas regiões, assistiu-se ao crescimento econômico e social das pequenas e médias cidades, e no espaço rural circunvizinho à área edificada contínua da metrópole ocorreu um processo de reestruturação. Nesse processo, o uso do solo, as estruturas populacionais, práticas sociais e atividades econômicas sofreram alterações. Um exemplo de mudança espacial é a formação de áreas de agricultura urbana e periurbana, que, segundo Bicalho (1992), é resultado de forças urbanas, representadas pela demanda da terra, trabalho e oportunidade de mercado; forças não urbanas, provenientes de mudanças tecnológicas, competição inter-regional e decisões políticas; e por forças do próprio contexto agrário, oriundas da estrutura agrária e do sistema produtivo, que atuam num contexto regional de forma consonante ou dissonante.

Dentre os processos contemporâneos, que atuam tanto no urbano quanto no rural e aproximam e intensificam as inter-relações setoriais, é para áreas rurais não apenas distantes dos limites da região metropolitana, na “sombra” urbana, mas também na franja ou mesmo embutidas, como enclaves, no interior do próprio contexto urbano que são estimulados e reorientados os fluxos e rearranjos espaciais provenientes da descentralização econômica. Através das mudanças espaciais são reconhecidas novas atividades e interesses no rural, tais como a agricultura, atividades de recreação e lazer, reflorestamento, gestão da água e potencial de produção de novos empregos. O potencial existente nas áreas rurais e a preservação da identidade cultural rural possibilitam o alcance de estratégias de desenvolvimento adequado às necessidades regionais. De acordo com Kluczka (2003), o desenvolvimento rural sustentável não pode ser alcançado pela visão clássica centro e periferia, mas por estabilização, redes e promoção consistente de estruturas descentralizadas, visando uma integração de regiões.

Torna-se cada vez mais necessário a elaboração de estudos sobre as áreas rurais, para refletir a relevância econômica e social do espaço rural contemporâneo. Crises de acumulação nas sociedades capitalistas exigem a reestruturação periódica e radical dos processos de produção, a fim de estabelecer novas oportunidades de investimento

rentável. Uma consequência é a reavaliação de recursos e espaços antes considerados improdutivos ou marginais. Por uma série de razões, algumas áreas rurais, antes consideradas locais de atividades econômicas estagnadas, passaram a ser vistas como fronteiras de investimento (MARSDEN *et al.*, 1993).

Estudos sobre o comportamento do rural dentro de espaços metropolitanos têm se preocupado com diferentes incompatibilidades entre os novos usos da terra em atividades urbanas e as atividades rurais, por exemplo, os empreendimentos imobiliários e outros exclusivamente urbanos. Mas, “diferente tem sido o novo enfoque, com base nas preocupações de entender as condições sob as quais os novos empreendimentos podem ocorrer sem eliminar as atividades rurais existentes” (BICALHO *et al.*, 1998, p. 112). Surgem estudos que investigam a convivência e a integração de empreendimentos rurais e urbanos que expressam compatibilidade:

A própria localização de indústrias e residências nem sempre significa competição pelo uso da terra e eliminação de atividades rurais. Deve-se considerar que elas podem ocupar terras marginais à produção agrícola e que a agricultura em regiões urbanizadas requer pouco espaço uma vez que é altamente intensiva (BICALHO *et al.*, 1998, p. 112).

Ao considerar as mudanças que têm ocorrido na estruturação do emprego, os estudos na perspectiva da interação rural-urbana anunciam um novo modelo de distribuição e uma nova dinâmica do desenvolvimento de empregos e investimentos dos setores industrial, de serviços e de comércio que têm ocorrido internamente nas áreas rurais. Além de apontar a nova dinâmica da estrutura espacial do emprego no rural, Bicalho *et al.* (1998) atenta, também, para as formas e a composição da expansão residencial e as condições sob as quais elas ocorrem e para os impactos dos diferentes tipos de implantação de novas infraestruturas. Segundo os autores, todo este conjunto de mudanças integra a gestão e o planejamento na interface rural-urbana.

O debate se estende a questões sobre escalas de análise, contrastando especializações de estudos de caso com estudos de escalas espaciais diferenciadas, cuja interconexão e interação vão do nível local ao nível regional. É de grande relevância chamar atenção para escala geográfica local, regional e internacional (CASTRO, 1995). Uma importante questão que se impõe é saber se, no processo de interação rural-urbana, têm ocorrido, e em que grau, tentativas de integração através de duas ou mais escalas.

Segundo Bicalho *et al.* (1998), as questões em torno dos debates sobre a importância da conservação da terra agrícola representam um excelente caso a apontar no que se refere às escalas de análise. “No caso da preservação de ambientes naturais em áreas rurais, podem estar envolvidas todas as escalas em igualdade e importância, da local à internacional”. (BICALHO *et al.*, 1998, p. 115). A diversidade de usos da terra nas áreas rural-urbanas e os diferentes segmentos sociais associados enfatizam a importância de se considerar a justaposição de escalas de acordo com diferentes objetivos e com a natureza do problema abordado.

Pierce (1998), em seu trabalho sobre o ambiente rural sustentável, aponta a necessidade de reconhecer a diversidade do ambiente rural, que deve ser entendido além das atividades não agrícolas e através da interconectividade dos diferentes setores econômicos que atuam no rural contemporâneo. Para o autor, a sustentabilidade, através da perspectiva holística, é reconhecida na compatibilidade entre valores econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais, no equilíbrio entre valores particulares e coletivos, entre interesses locais e comunitários e interesses da sociedade.

Para Pierce (1998), a escala espacial é fundamental no reconhecimento dos diferentes contextos da sustentabilidade. Para isso, é importante considerar a justaposição de escalas com a grande diversificação de uso da terra em áreas de interação rural-urbana e com os diferentes segmentos sociais associados. Os fatores para definição e influência da sustentabilidade devem estar de acordo com os diferentes níveis de resolução espacial, os níveis de escala.

O conhecimento do comportamento das áreas em interação rural-urbana, dentro da dimensão temporal, possui um curto prazo, uma vez que se constituem de ambientes com grande instabilidade e passíveis a mudanças rápidas. “São áreas que apresentam intensa dinâmica social, econômica e política [...] contínuas e rápidas mudanças, a exemplo da ordenação e reordenação constante do uso da terra ou a incorporação de novas atividades e, mesmo, sua alteração” (BICALHO *et al.*, 1998, p.117).

Agricultura na interface rural-urbana

No conflito de uso da terra, processo decorrente do crescimento urbano sobre as áreas rurais, duas posições se confrontam: enquanto uma defende o fim da agricultura, a

outra aponta a sua adaptação, com substituição de atividades agrícolas e novas funções que geram a combinação de usos rurais e urbanos. Na primeira posição, a especulação imobiliária é capaz de esterilizar o campo circundante em vez de desenvolvê-lo. Com a esterilização da agricultura, a especulação é inevitável e a agricultura não contribui com importância para o valor potencial da terra. A maioria dos trabalhos relativos à presente temática associa de forma linear o espaço em interação rural-urbana à área de transição, de transformação do rural em urbano, de especulação fundiária, de expansão da cidade, de mercado livre de terras e às novas articulações em termos de produção e apropriação do espaço urbano (SOARES, 1960; FURLANETTO *et al.*, 1987; CORRÊA, 2005).

A consolidação de grandes unidades urbanas trouxe à luz a problemática referente às formas de organização do espaço que circunda a cidade. Segundo Bezerra *et al.* (1983), foi nos países onde o processo de consolidação do urbano se fez sentir primeiro que a literatura a respeito do assunto surgiu, implicando num aporte eclético que debatia, por exemplo, a composição social das franjas rural-urbanas, a jornada para o trabalho dos habitantes das “cidades dormitórios” da periferia, a esterilização das terras agricultáveis, a verificação de hipóteses “thunianas” para o caso das terras periurbanas, a conversão da terra rural em terra urbana, as estratégias dos proprietários de terra e das empresas imobiliárias, entre outros, temas que percorrem as revistas científicas no período de 1940 aos anos de 1960.

Bezerra *et al.* (1983), após realizarem extenso projeto sobre a periferização urbana, com o objetivo de determinar as áreas metropolitanas do Brasil e criar uma metodologia para conceituar e identificar formas do processo de metropolização, lançaram duas importantes questões para o presente debate: qual a influência do processo de metropolização na agricultura periurbana, em geral, baseada na produção de hortifrutigranjeiros e produção leiteira? “Tal questão vem calcada na discussão do modelo “thuniano” às áreas periurbanas” (BEZERRA *et al.*, 1983, p.68). Qual a capacidade de resistência que as áreas agrícolas da periferia metropolitana apresentam face à expansão urbana?

Atualmente, a Geografia, ao discutir as mudanças espaciais na interação rural-urbana, busca uma perspectiva metodológica que contribua para o entendimento dos processos espaciais contemporâneos, que já não resultam num simples processo de

esterilização do rural em decorrência do crescimento urbano. Ao caminhar em direção contrária às análises dicotômicas, alguns geógrafos contemporâneos analisam as mudanças espaciais da interação rural-urbana numa perspectiva mais integrativa e não linear⁵.

O contexto em si contraditório é base para a argumentação de Bryant e Fielding (1980), Bryant *et al.* (1982) e Lawrence (1988), que ressaltam a heterogeneidade do comportamento dos espaços periféricos às regiões metropolitanas. Desse modo, a agricultura não deve ser tratada apenas pelo seu desaparecimento uma vez que são verificadas adaptações agrícolas em ambiente periurbano. Bryant *apud* Lawrence (1988) entende a dinâmica da agricultura como parte integrante da combinação de forças do contexto agrário regional e de forças urbanas que se manifestam de diferentes maneiras. A produção agrícola, em áreas de influência urbana, sugere que podem existir diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação: de degeneração agrícola, em que as forças urbanas suplantam as demais e a agricultura declina; de adaptação agrícola, marcado por incertezas e grande variação na atuação das forças urbanas e não urbanas e de desenvolvimento agrícola, onde existem condições para a realização da prática agrícola em função da existência do próprio mercado urbano regional (BRYANT *et al.*, 1982).

As atividades agrícolas, dependendo do contexto e das dinâmicas dos diferentes lugares, podem desaparecer, ser mantidas ou até prosperar. Para Bryant e Johnston (1992), a presença de forças urbanas integrantes da dinâmica da agricultura atua de duas maneiras distintas e contraditórias: ao mesmo tempo em que a proximidade da cidade aumenta a demanda e a competição pelo trabalho e pelo uso da terra, há maior demanda por produtos com alto valor comercial e que podem ser cultivados próximo à cidade. Portanto, o processo de interação rural-urbana pode prover oportunidades para o desenvolvimento agrícola.

Embora toda atividade agrícola esteja voltada, em última instância, para atender as demandas dos grandes mercados consumidores localizados nas cidades, a distribuição espacial das atividades agropecuárias pode ser considerada como um elemento importante nas formas diferenciadas de uso da terra. O estudo da distribuição espacial da atividade agropecuária tem como primeira referência os estudos de Von

Thünen. O modelo espacial, por muitos anos, foi base para os debates sobre a localização das atividades agrícolas, seja para confirmá-las ou refutá-las. A teoria demonstra que o padrão de distribuição espacial das atividades agropecuárias é determinado pela presença de um centro consumidor, a partir do qual as atividades agrárias estariam distribuídas em intensidades de uso da terra decrescentes.

No modelo, criado em condições espaciais homogêneas e considerando apenas o custo de transporte, que se mostrava diretamente proporcional à distância das áreas de produção até a cidade, as atividades mais intensivas e valorizadas ou cuja produção tivesse maior grau de exigência de consumo imediato estariam localizadas mais próximas ao centro consumidor, enquanto que as menos intensivas estariam mais afastadas. Mesmo com o desenvolvimento tecnológico nas áreas de transporte e preservação de alimentos, que mudariam ou invalidariam tal modelo, o padrão espacial de distribuição das atividades agrícolas postulado por Von Thünen pode ser encontrado em diversos trabalhos.

O modelo de Von Thünen é um modelo clássico de localização em agricultura, empregado para a análise dos padrões de uso agrícola da terra e de intensidade da agricultura em torno das cidades. A sua formulação surgiu a partir de duas questões fundamentais, referentes aos padrões de cultivo que se formariam em torno das cidades e ao modo pelo qual os sistemas agrários seriam afetados pela distância à cidade ⁶.

Para Mesquita (1978), o desenvolvimento da argumentação de Von Thünen, ao envolver aspectos fundamentais da organização agrária, como a utilização da terra e a intensidade da agricultura; ao recorrer explicitamente à dimensão espacial e ao considerar a associação entre a atividade agrária e o quadro urbano, oferece aspectos suficientemente atraentes para sua incorporação à análise da organização da atividade agrícola.

Para entender como a agricultura se comporta ao avanço da urbanização, é preciso considerá-la como parte de um processo dinâmico de contínua mudança espacial, gerado por uma situação de permanente conflito de interesses e disputa de áreas por usos urbanos e rurais. Considerando o comportamento da agricultura na interface rural-urbana, Bryant (1997) questiona a visão linear de estagnação e do fim da atividade agrícola diante da expansão do urbano nos espaços de interação e conflito de

uso da terra. Argumenta que as especificidades da agricultura em si também têm um papel relevante na direção das mudanças nos espaços de interação rural-urbana, ela resiste e também se adequa ao novo contexto, substituindo atividades, intensificando sistemas produtivos e se integrando com atividades não agrícolas. Desse modo, de acordo com a região e o lugar de ocorrência, a reestruturação rural não segue padrões homogêneos e combina atividades agrícolas e não agrícolas.

As relações e as configurações com o espraiar espacial do urbano, fruto do crescimento metropolitano, são muito mais complexas do que um mero avanço do fenômeno urbano sobre o campo, uma vez que dão origem a espaços interativos do urbano com o rural nos quais tanto podem ser mantidas atividades agrícolas dinâmicas quanto em estagnação (BRYANT *et al.*, 1982).

Diferente de regiões tipicamente agrícolas, onde dominam atividades agropecuárias em áreas distantes e fora da influência de grandes centros urbanos, a agricultura praticada no interior e na periferia urbana apresenta particularidades que lhe confere uma identidade no conjunto da organização espacial da atividade agrícola (PIERCE, 1998). Particularidades estas que refletem uma estrutura fundiária fragmentada, sistemas produtivos intensivos no uso da terra, relações de trabalho familiares destacadas, produtos de valor agregado e *in natura* e estrutura de comercialização mais direta da produção ao consumo.

Na periferia metropolitana, exemplos de políticas agrícolas que venham estimular o setor são raros. Bicalho (1992), ao analisar o quadro da agricultura na periferia da metrópole carioca, afirma que, apesar da presença de um conjunto de forças contrárias à agricultura, há um grupo de pequenos e médios produtores que, além de conseguir se manterem na área, capitaliza suas atividades e prospera. Ressalta que o comportamento deste grupo não é visível nas tendências gerais, mas através da análise em nível do produtor, baseada em dados primários levantados no contato direto em campo:

[...] conseguem se manter no setor agrícola, através de uma criativa combinação de estratégias de capitalização, envolvendo a diversificação da produção rural em diferentes cultivos e criação e adequação tecnológica aos seus recursos humanos e de capital. Estratégias favorecidas por um ambiente periurbano no qual existe um grande mercado consumidor e possibilidades de complementação de renda numa atividade urbana paralela (BICALHO, 1992, p. 294).

No estudo “Aspectos da Geografia Agrária do sertão carioca”, a partir de expedições de campo e pesquisa empírica, Galvão (2009 [1963]) realiza uma minuciosa descrição das mudanças espaciais e das características da agricultura na área rural da cidade do Rio de Janeiro, que, no início da década de 1960, era caracterizada por fraca densidade demográfica e pela agricultura como uso dominante de ocupação da terra.

Apesar disso, a autora, ainda que estivesse preocupada em superar a oposição campo-cidade e lançar referenciais mais amplos e integradores, mantém sua análise baseada exclusivamente nas características da agricultura praticada e, principalmente, nas consequências negativas da expansão urbana sobre a área rural próxima à metrópole. Afirma, por exemplo, que difícil será prever até quando poderá manter-se a agricultura, dada a rapidez do crescimento urbano e a intensidade da especulação imobiliária. Segundo Galvão (2009 [1965]), como área rural ou suburbana, servindo ou não ao abastecimento do mercado da cidade, a zona rural circunvizinha à cidade se integra de maneira extremamente nítida e marcante à área metropolitana do Rio de Janeiro:

Hoje, com o crescimento da cidade e o desenvolvimento de uma população cada vez mais ligada a atividades industriais e comerciais, o sertão carioca passou a ser apenas uma área excêntrica, que confina com as zonas urbana e suburbana e que deve prover sua população de gêneros alimentícios destinados ao consumo imediato (GALVÃO, 2009 [1963], p. 181).

Aproximadamente duas décadas após as pesquisas realizadas por Galvão (2009 [1963; 1965]), Bicalho (1987; 1992) comprova esse comportamento diferenciado em estudo sobre a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980, contudo, hoje alterada por novo contexto regional constituído nos anos de 2000. Até meados da década de 1990, usos da terra agrícola e urbano conviviam lado a lado em muitas áreas. Todavia, na década de 2000 a 2010, a urbanização em direção à Zona Oeste, sentido Campo Grande e Santa Cruz, se intensificou e forças urbanas se sobrepuseram e, após um expressivo período de convivência de uso agrícola com uso urbano da terra por mais de trinta anos, a agricultura se retraiu dando lugar para edificações essencialmente urbanas, restando poucos nichos ou enclaves agrícolas e assumindo mais características de agricultura urbana do que agricultura de periferia urbana.

A agricultura inserida no contexto rural-urbano possui uma multifuncionalidade espacial. Segundo Bicalho (1996), a interação multifuncional do produtor com as atividades agrícolas e não agrícolas internas e externas à produção rural, decorrente da natureza do ambiente simultaneamente rural e urbano oferece oportunidades em setores econômicos diferenciados. A urbanização do espaço é mais complexa do que um mero avanço urbano sobre o campo, dando origem a espaços interativos do urbano com o rural nos quais se mantêm atividades agrícolas dinâmicas. Demanda decorrente de uma concepção do urbano no campo, o urbano inserido no rural e em relação com o contexto rural:

Uma visão que se contrapõe a um espaço rural e urbano em oposição entre si, ligados por razões econômicas com fluxos direcionados para a cidade e sendo o campo um provedor da cidade, ao contrário de uma imbricação de ambos, criando uma nova lógica não mais de relações unidirecionais, mas de interação múltipla rural-urbana. (BICALHO, 2003, p. 516).

Em estudo realizado sobre a comercialização da produção familiar e os canais de distribuição da hortifruticultura no abastecimento urbano de Manaus, Amazonas, Bicalho (2008) indica que o intenso e rápido crescimento da cidade, um importante mercado consumidor da região, desencadeou expressivas mudanças na área rural próxima que se especializou em produtos da horticultura e da fruticultura com o objetivo essencialmente comercial. A pesquisa revela que produções tradicionalmente dirigidas a mercados externos, regionais ou nacionais são substituídas por produções voltadas ao mercado urbano local. Além das mudanças no sistema produtivo, também ocorreram mudanças no sistema de comercialização, com o surgimento de novos canais de distribuição do produtor ao varejo que atendem às características e exigências do consumidor urbano.

A agricultura periurbana é sujeita a limitações associadas à proximidade da cidade. Com as terras agrícolas sujeitas à especulação, o valor no mercado de terras deixa de ser relacionado ao potencial agrícola, passando a ganhar importância o potencial urbano. Outro fator que pode enfraquecer o potencial agrícola é a ocorrência de perdas na funcionalidade das parcelas devido à fragmentação da terra. Mas apesar de haver fatores que impulsionam a degeneração da agricultura, outros estimulam seu desenvolvimento. Por exemplo, a proximidade da cidade, que oferece vantagens na venda direta ao consumidor e maior oportunidades de trabalho fora da propriedade

rural. As novas restrições e oportunidades levam a uma maior heterogeneidade dos sistemas de produção em áreas periurbanas. Esses efeitos incluem tanto uma maior diversidade na especialização da produção agrícola, quanto no contexto socioeconômico que o produtor rural está inserido.

Ao analisar a dinâmica recente da agricultura periurbana no município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, Machado (2010) identifica, no planejamento e ordenamento espacial, o surgimento de políticas públicas que reconhecem a agricultura como atividade de grande importância no abastecimento de alimentos e na geração de emprego e renda. Para além da função produtiva, constatou-se a elaboração de estratégias da política local para manutenção de áreas agrícolas relacionadas aos interesses de controle e gestão da expansão urbana sobre o uso da terra. Algumas áreas agrícolas passariam a ser reconhecidas como “zonas de amortecimento”, de forma que os seus limites controlariam ações potencialmente impactantes da expansão urbana.

Griffin e Chatan *apud* Bezerra *et al.* (1983) apontam o impacto do crescimento urbano em áreas essencialmente agrícolas dos EUA, e como a expansão se dá justamente sobre as melhores terras. Entendem que os fatores que causam a transformação das áreas estão ligados ao crescimento da população, à falta de uma política de planejamento e a problemas da economia agrícola. Com a crescente valorização das terras, os agricultores começaram a vender as suas propriedades. Os autores procuraram mostrar o desperdício que constitui a implantação urbana em terras de primeira classe para a agricultura, sugerindo uma série de medidas para contornar a situação, tão comum nos anos de 1950, nos EUA. Sugerem, por exemplo, a demarcação e proteção do uso agrícola em determinadas áreas.

Além de apresentar o quadro recente e as novas funções do espaço agrário de Nova Iguaçu, Machado (2010) questiona o grau de intensidade da expansão urbana na "era dos loteamentos" na área rural próxima à cidade do Rio de Janeiro que foi convertida em espaço periurbano. Até o início do processo de forte expansão da cidade, o município apresentava características rurais e uma estrutura social baseada essencialmente na citricultura. O fim da laranja e o avanço dos loteamentos urbanos foram temas debatidos nas pesquisas da Geografia Urbana dos anos de 1960. No estudo de Soares (1960) havia a perspectiva de que com o fim do ciclo da laranja e o início da

atuação dos agentes modeladores do uso da terra urbana, o rural passaria a ser um espaço estéril e, por consequência, as políticas públicas do município passariam a não considerar mais o uso agrícola da terra, indicando, assim, que a interferência e a diligência governamental favoreceram os interesses urbanos.

É evidente que a expansão da cidade desloca áreas de interação rural-urbana para maiores distâncias, mas os processos de ocupação e uso da terra são recriados e a agricultura tem se mantido presente. Segundo Bicalho (2008), nas áreas onde o processo de intensa urbanização é recente ocorrem processos de substituição de atividades agrícolas e de sistemas de produção, que passam a atender o crescimento urbano. Nessas áreas, a agricultura pode ser inclusive a atividade predominante, sendo o rural caracterizado, principalmente, por atividades e usos agrícolas. Dessa forma, é possível afirmar que algumas mudanças na reestruturação espacial do rural podem ainda estar mais atreladas à função produtiva do que ao surgimento de novas funções.

Considerações finais

A compreensão das atuais e aceleradas mudanças espaciais no rural requer um amplo debate teórico-metodológico que reconheça os processos de reestruturação e proponha novos modelos de desenvolvimento, relacionando as transformações em curso no espaço rural às mudanças gerais da contemporaneidade. Ao propor realizar a análise na interface rural-urbana, o artigo busca interpretar o rural numa abordagem multidimensional e complexa, tentando não reconhecê-lo como espaço inerte, sujeito exclusivamente a ações do urbano, mas como espaço dotado de dinâmica própria e compreendido a partir de referenciais mais amplos e integradores.

O desafio é investigar a dinâmica do rural, mais precisamente, a diversidade do comportamento de áreas agrícolas no conflito de uso da terra e na reestruturação espacial desencadeada pela expansão urbana sobre áreas rurais, considerando o quadro de diversificação, manutenção e desenvolvimento da agricultura no contexto de urbanização de novas áreas e instalação de estruturas urbano-industriais no rural.

A partir da apresentação dos diferentes interlocutores e suas respectivas posições no debate sobre a agricultura na interface rural-urbana e no processo de competição por uso da terra, o artigo buscou analisar as novas tendências de reestruturação espacial e as

oportunidades para o desenvolvimento agrícola, mesmo na ocorrência do conflito rural-urbano. A agricultura, quando reconhecida nesse contexto, passa por um enfoque mais amplo, sendo considerada uma atividade integrante da combinação de forças do próprio contexto agrário regional e de forças urbanas.

As formas de inserção da produção agrícola desenvolvida em áreas de influência urbana sugerem que existam diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação. Dessa forma, o quadro de diversidade e manutenção da agricultura é reconhecido a partir da diferenciação espacial, onde, em algumas áreas, verifica-se que as forças urbanas suplantam as demais e a agricultura declina, em outras, onde existem condições para realização da prática agrícola, em função da existência do próprio mercado urbano, a agricultura é marcada por grande variação espacial.

Notas

¹ A pluriatividade é um conceito que evidencia a inserção dos membros das famílias rurais nos diferentes tipos de mercado de trabalho e a diversificação de usos dos espaços rurais. No entanto, segundo Carneiro (2009), essa noção tanto amplia a visão sobre o leque de atividades econômicas exercidas no meio rural, chamando a atenção para os seus múltiplos significados, quanto mantém o olhar limitado à esfera do econômico, deixando em segundo plano as relações sociais e os atores sociais envolvidos.

² A questão das mudanças no uso da terra periurbana pelo avanço da expansão urbana é considerada uma das mais importantes dentro do quadro geral de formação de periferias urbanas e o contato com o rural. Para Bezerra *et al.* (1983), na valorização e expansão da terra urbana, tem sido notada a presença de um processo de esterilização de terras antes agrícolas e que, com a chegada da urbanização, são retidas para fins especulativos, sem que se dê nenhum uso a elas.

³ Em dezembro de 1988, na conferência de abertura do XI Encontro Nacional de Geografia Agrária (Enga), realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Maria do Carmo Galvão afirmou que, desprovida de um corpo sólido de teoria, a Geografia Agrária no Brasil se defrontava com problemas metodológicos cruciais que exigiam uma concentração de esforços, no intuito de superar limites rumo a novos patamares do conhecimento. “Estruturas analíticas mais abrangentes que a luta de classes se fazem necessárias para explicar a diversidade de desigualdades econômicas, sociais e espaciais do campo, e que, dependendo da escala de ocorrência, escapam às determinações puras e simples da lógica do capital” (GALVÃO, 2009 [1988], p. 230).

⁴ Souza (2007) explica que, nas bordas da cidade, é comum existir uma “faixa de transição” entre o uso da terra tipicamente rural e urbano. Essa faixa de transição é chamada, entre os geógrafos anglo-saxões, de franja rural-urbana, e, entre os franceses, comumente, de espaço periurbano. No Brasil, ambas as expressões são empregadas pelos estudiosos. Quanto maior a cidade, em geral, mais complexo tende a ser o espaço periurbano. Nele se encontram misturadas duas lógicas de uso da terra: a rural e a urbana. Para a faixa suburbana do espaço urbano, a faixa pioneira da aglomeração, Bernardes *apud* Bezerra *et al.* (1983) sugere a expressão “Faixa Pioneira Urbana”. Trata-se da *rural-urban fringe* dos geógrafos de língua inglesa.

⁵ Mesmo considerando a multifuncionalidade do rural, na qual está presente a atividade agrícola, não tem sido comum nos estudos desenvolvidos nos anos recentes buscar compreender o comportamento e o significado das atividades agrícolas próximas às grandes cidades no novo contexto da interface rural-urbana. Bicalho (2008) aponta que a atenção tem se voltado muito mais às novas atividades, em sua maioria, não agrícolas e associadas a serviços e ao consumo do uso do espaço, e não a atividades de produção em si, muito menos àquelas tradicionalmente presentes próximo às cidades.

⁶ Fundamental ao pensamento de Von Thünen é a ideia de que os padrões de localização dos usos da terra e as diferenciações nos sistemas agrícolas dependiam da competição entre produtos e entre sistemas agrícolas, sendo o fator de controle nessa competição a “*land rent*”. Para Von Thünen, a “*land rent*” tem um componente locacional, já que deriva da vantagem usufruída por propriedades próximas à cidade sobre aquelas situadas na borda da planície cultivada, mas cujo produto é ainda requerido para atendimento à demanda do mercado. Do quadro conceitual fixado para “*land rent*”, resulta que diferentes produtos agrícolas apresentam diferentes características, em função, sobretudo, das variações nos custos de produção e nos custos de transporte por unidade de área, sendo esses últimos vinculados aos aspectos de volume e exigência do consumo imediato dos produtos agrícolas. Em suma, o modelo de Von Thünen é uma teoria sobre a distribuição do espaço agrícola em torno da cidade a partir do consumo - a compra de excedentes agrícolas - e, na determinação dos preços, que é fundamental no custo dos transportes, daí o peso do fator distância na distribuição das áreas de produção (MESQUITA, 1978).

Agradecimentos

À Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ), por todo apoio necessário ao desenvolvimento da pesquisa.

À minha orientadora Dra. Ana Maria de Souza Mello Bicalho, pela dedicação integral à pesquisa científica e por contribuir com ideias originais acerca do espaço rural.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Vera Maria Cavalcanti, CRUZ, Jana Maria, BAHIANA, Luís Cavalcanti Cunha. Periferização urbana no Brasil: um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 51-92, 1983.

BICALHO, Ana Maria Souza Mello. **Proposta para zoneamento e política agrícola para o município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/UFRJ, 1987.

_____. Agricultura e meio ambiente no município do Rio de Janeiro. In: ABREU, Maurício Abreu (Org.) **Sociedade e natureza no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992, p. 285-316.

_____. Sustainable metropolitan agriculture in Brazil. In: BOWLER, Ian R., BRYANT, Christopher, HUIGEN, Paulus P. (Org.) **Dimensions of sustainable rural systems**. Nederland: Gronigen, 1996, p.97-104.

_____. Os desafios à sustentabilidade rural e a prática geográfica In: BICALHO, Ana Maria de Souza Mello, HOEFLE, Scott William (Org.) **A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural**. Rio de Janeiro. Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 509-534.

_____. Comercialização da produção familiar: canais de distribuição da hortifruticultura no abastecimento urbano. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon, COELHO, Maria Célia Nunes, CORRÊA, Aureanice Mello (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, p. 279-298.

_____. Capital social na várzea amazônica. In: BICALHO, Ana Maria Souza Mello, GOMES, Paulo César Costa (Org.). **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 93-123.

_____. Resenha do XVIII Annual Colloquium of the IGU – Commission on the Sustainability of Rural Systems. In: BICALHO, Ana Maria Souza Mello, COELHO, Maria Célia Nunes, FERNANDES, Manoel Couto, SILVA, Telma Mendes (Org.). **Espaço Aberto/PPGG-UFRJ**, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro, p. 180-181, 2011.

_____. Speciality products and farm diversification as innovations revitalizing rural space in Southern Rio de Janeiro State, Brazil. **Horizons in Geography**, p. 92-100, 2012.

BICALHO, Ana Maria Souza Mello, BRYANT, Christopher, LAURENS, Laurens, OORT, Guy, MACURA, Vladimir, WINKLER, Jan, TAKAHASHI, Makato. Sustentabilidade na interface Rural-Urbana – Questões Centrais à Pesquisa. **Revista da Pós-Graduação em Geografia**. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, v.2, p. 106-119, 1998.

BICALHO, Ana Maria Souza Mello, HOEFLE, Scott William. Urban capital and the pseudo-modernization of agriculture in the rural hinterland Northeast Brazil. In: KENT, R. B., HARNAPP, V. R (Org.) **Yearbook of the Conference of Latin American Geographers**, Louisiana State University Press: Baton Rouge, 1989, p.35-49.

BRYANT, Christopher. L' agriculture périurbaine: l' économie politique d'un espace innovateur. **Cahiers Agricultures**, v. 6, p. 125-130, 1997.

_____. Les dynamiques des agricultures périurbaines autour de Montréal: défis et opportunités au service de la société métropolitaine. **Panorama des régions du Québec**. Institut de la statistique du Québec, p. 13-28, 2011.

BRYANT, Christopher, DOYON, Mélanie, FREJ, Soumaya, GRANJON, Denis, CLÉMENT, Christian. A integração do ambiente na prática e no discurso do desenvolvimento sustentável através da participação do cidadão e da mobilização de conhecimento local. In: BICALHO, Ana Maria de Souza Mello, HOEFLE, Scott William (Org.) **A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural**. Rio de Janeiro. Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 16-27.

BRYANT, Christopher, FIELDING, Jeffrey A. Agricultural change and farmland rental in an urbanising environment: Waterloo Region, Southern Ontario. **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 24, n. 62, p. 277-298, 1980.

BRYANT, Christopher, JOHNSTON, Thomas Robert R. **Agriculture in the city's countryside**. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

BRYANT, Christopher, RUSSWURM, Lorn H., MCLELLAN, A. G. **The city's countryside**. Londres: Longman, 1982.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 167-187.

_____. Do "rural" como categoria de pensamento e categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012, p. 23-50.

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

CLÉMENT, Christian. **L' espace périurbain de Gatineau face à son devenir horticole: quelques préoccupations pour un développement durable**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculté des arts et des sciences, Université de Montreal, 2004.

CLÉMENT, Christian, BRYANT, Christopher. Horticultura de franja urbana em Ottawa, Canadá. In: BICALHO, Ana Maria de Souza Mello, HOEFLE, Scott William (Org.) **A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural**. Rio de Janeiro. Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 210-224.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 2005.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 279- 318.

FERREIRA, Darlene Aparecida Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, 2001.

FURLANETTO, Diva Almeida, CRUZ, Jana Maria, ALMEIDA, Roberto Schmidt. Promoção Imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n.2, p. 27-56, 1987.

FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro Gusmão. Áreas de interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos. In: RANDOLPH, Rainer, SOUTHERN, Barbra Candice (Org.). **Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011, p. 147-166.

GALVÃO, Maria Carmo Corrêa. Aspectos da Geografia Agrária do sertão carioca. **Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB)**, Rio de Janeiro, 1963. Reproduzido em GALVÃO, Maria Carmo Corrêa. Percursos geográficos. Rio de Janeiro: Lamparina, PPGG/UFRJ, 2009, p. 181-202.

_____. O Rio de Janeiro e a zona rural circunvizinha. **Roteiros das excursões do II Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Rio de Janeiro, AGB, 1965. Reproduzido em GALVÃO, Maria Carmo Corrêa. Percursos geográficos. Rio de Janeiro: Lamparina, PPGG/UFRJ, 2009, p. 203-221.

_____. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. In: **VIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, VIII, 1987. Anais. Barra dos Coqueiros: UFS, 1987.

_____. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. **Geosul Revista do Departamento de Geociências da UFSC**, v. 4, n. 7, 1989. Reproduzido em GALVÃO, Maria Carmo Corrêa. Percursos geográficos. Rio de Janeiro: Lamparina, PPGG/UFRJ, 2009, p. 223-236.

HUELZ, Martina, KRAEMER, Claudia. Desafios periurbanos no desenvolvimento espacial sustentável em Munique, Alemanha. In: BICALHO, Ana Maria de Souza Mello, HOEFLE, Scott William (Org.) **A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural**. Rio de Janeiro. Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 196-209.

LAWRENCE, Henry W. Changes in agricultural production in metropolitan areas. **The Professional Geographer**, v. 40, n. 2, p. 159-175, 1988.

LEA, David A. M., CHAUDHRI, D. P. The nature, problems and approaches to rural development. In: LEA, David A. M., CHAUDHRI, D. P. **Rural development and the State: contradictions and dilemmas in developing countries**. Nova York e Londres: Methuen, 1983, p. 1-37.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1975.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KLUCZKA, Georg. Teoria e prática do desenvolvimento rural sustentável. In: BICALHO, Ana Maria de Souza Mello, HOEFLE, Scott William (Org.) **A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural**. Rio de Janeiro. Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 9-15.

MACHADO, Felipe Silva. Dinâmica da agricultura periurbana no município de Nova Iguaçu (RJ). **GeoPuc**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-31, 2010.

MARSDEN, Terry, MURDOCH, Jonathan, LOWE, Philip, MUNTON, Richard, FLYNN, Andrew. **Constructing the countryside**. Londres: UCL Press Limited, 1993.

MATHER, Alexander S., HILL, Gary, NIJNIK, Maria. Post-productivism and rural land use: cul de sac or challenge for theorization. **Journal of Rural Studies**, v. 22, p. 441-455, 2006. Reproduzido em MUNTON, Richard. *The rural: critical essays in Human Geography*. Londres: Ashgate, 2008, p. 185-199.

MESQUITA, Olindina Vianna. **O modelo de Von Thünen: uma discussão**. 1978. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978.

PIERCE, John T. Sustaining Rural Environments: Widening Communities of Knowledge. In: BOWLER, Ian R., BRYANT, Christopher, HUIGEN, Paulus P. (Org.) *Dimensions of sustainable rural systems*. **Nederlandse Geografische Studies**, v. 244, p. 21-44, 1998.

SÁNCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga. Las nuevas funciones del espacio rural. **Ensayos Frohum**, v. 15, p. 1-12, 2000.

SÁNCHEZ, Héctor Ávila. Las prácticas agrícolas en las periferias metropolitanas: territorialización y sociabilidade en ámbitos de interfase urbano-rural en América Latina. In: MARTINS, Pedro, SÁNCHEZ, Héctor Ávila, WELTER, Tânia. **Território e sociabilidade: relatos latino-americanos**. Florianópolis: UDESC, 2012, p. 27-54.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1999.

SOARES, Maria Therezinha Segadas. **Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro**. 1960. 137 f. Tese de Livre Docência – Faculdade Nacional de Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1960.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

WILSON, Geoff A. From productivism to post-productivism... and back again? Exploring the (un)changed natural and mental landscapes of European agriculture. **Transactions of the Institute of British Geographers**. New Series, v. 26, n. 1, p. 77-102, 2001.

WOODS, Michael. **Rural Geography: processes, responses and experiences in rural restructuring**. Londres: SAGE Publications, 2005.

_____. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstruction of rural place. **Progress in Human Geography**, Londres: Sage Publications, v. 31, n. 4, p. 485-507, 2007.

_____. Rural Geography: Blurring boundaries and making connections. **Progress in Human Geography**, Londres: Sage Publications, v. 33, n. 6, p. 849-858, 2009.

Recebido em 12/05/2013 Aceito para publicação em 17/02/2014.
